

ROTA DO PARÁ S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

ROTA DO PARÁ S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis

RELATÓRIOS DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Diretores da
Rota do Pará S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Rota do Pará S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rota do Pará S.A., em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Os tópicos a seguir foram abordados no contexto da auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas onde, segundo nosso julgamento profissional, foram os assuntos mais significativos neste contexto. nossa opinião foi formada pelo conjunto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e ao divulgarmos os principais assuntos de auditoria, não estamos fornecendo uma opinião separada sobre os referidos assuntos.

Captação de recursos através de emissão de debêntures

Com o objetivo de financiar a manutenção da rodovia e construção das praças de pedágio, em 15 de agosto de 2024, a Companhia assinou o instrumento particular de emissão privada de debêntures simples. Foram emitidas 400.000 quantidades, de valor nominal unitário de R\$1.000, com vencimento em 15 de agosto de 2032. Dessa emissão, a totalidade foi emitida a uma taxa correspondentes a, no máximo, o maior entre: (i) 8,20% (oito inteiros e vinte centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; ou (ii) a taxa interna de retorno do Título Público Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (nova denominação da Nota do Tesouro Nacional, Série B - NTN-B), com vencimento em 15 de agosto de 2032, a ser apurada conforme as taxas indicativas divulgadas pela ANBIMA em sua página na internet (<http://www.anbima.com.br>) no fechamento do Dia Útil da data de realização do Procedimento de Bookbuilding, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa equivalente a 2,35% (dois inteiros e trinta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Juros Remuneratórios”), incidentes desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, conforme a ser definido no Procedimento de Bookbuilding. Os Juros Remuneratórios das Debêntures serão calculados de acordo com a fórmula constante da Escritura de Emissão. Os registros da operação estão sendo apresentados na nota explicativa 14.

Resposta do auditor

Abordamos este assunto de maneira substantiva apoiados em nosso ceticismo profissional buscando obter todo o entendimento sobre a operação e mitigar riscos de distorção significativas não identificadas efetuamos o seguintes procedimentos:

- Avaliação dos controles de confirmação e conciliação demonstrando a integridade e precisão dos registros;
- Avaliação da documentação apropriada e suficiente e monitoramento das transações
- Confronto das transações se está devidamente incorporada pela Política de Gestão de Riscos Financeiros;
- Avaliação se a transação está adequadamente divulgada na nota explicativa N° 14 das demonstrações contábeis. Garantindo que todas as informações relevantes estão explícitas.

Classificação dos ativos relativos a concessão

No âmbito da contabilização dos ativos relativos à concessão, observamos que, conforme o contrato de concessão, a remuneração será efetuada pelos usuários da rodovia e não pelo poder concedente. Nesse sentido, em conformidade com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (OCPC) 05, os ativos relacionados ao desenvolvimento da concessão foram classificados como ativos intangíveis. Além disso, identificamos que os juros das debêntures não estavam sendo capitalizados no ativo intangível, conforme exigido pelas normas contábeis aplicáveis, no decurso dos trabalhos, o referido assunto foi discutido com a administração da empresa, a qual realizou a reclassificação para a devida rubrica.

Responsabilidade da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de março 2025.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/F

A handwritten signature in blue ink that reads 'Rafael Favacho'.

Rafael Favacho Pereira da Silva
Contador CRC 1 RJ 106634/0-3

ROTA DO PARÁ S.A.

CNPJ Nº51.715.500/0001-40

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2024

(Em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2024	2023		Nota explicativa	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	330.782.085	2.154.069	Fornecedores	11	5.325.007	111.656
Adiantamentos a Fornecedor	6	9.553.093	-	Obrigações tributárias	12	773.791	15.386
Impostos a Recuperar	7	1.162.069	-	Obrigações trabalhistas	13	340.738	-
Despesas Antecipadas	8	1.336.711	-			6.439.536	127.042
		342.833.958	2.154.069				
Não circulante				Não circulante			
Despesas antecipadas	8	388.663	334.968	Debentures	14	400.000.000	-
Imobilizado	9	259.415	-				
Intangível	10	94.246.657	16.705.357	Patrimônio líquido	15		
		94.894.734	17.040.325	Capital social		30.000.833	17.050.000
				Afac		-	2.933.063
				Prejuízos acumulados		1.288.323	(915.710)
						31.289.156	19.067.353
Total do ativo		437.728.691	19.194.395	Total do passivo e patrimônio líquido		437.728.691	19.194.395

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ROTA DO PARÁ S.A.

CNPJ Nº51.715.500/0001-40

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2024

(Em Reais)

	Nota explicativa	2024	2023
Receitas de serviços		-	-
(-) Dedução da receita		-	-
Receita líquida de prestação de serviços		-	-
Custo		-	-
LUCRO BRUTO		-	-
Despesas Operacionais	16	(5.671.531)	-
Despesas Gerais	17	(2.043.586)	(863.127)
Despesas Impostos e taxas	18	(199.569)	-
Outras (Receitas/Despesas) operacionais	19	(229.814)	(843)
Resultado operacional		<u>(8.144.501)</u>	<u>(863.970)</u>
Resultado financeiro	20		
Despesas Financeira		(700.205)	(62.292)
Receita Financeira		11.048.739	13.884
		<u>10.348.534</u>	<u>(48.408)</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO ANTES DO IRPJ E DA CSLL		2.204.033	(912.378)
Provisão Contribuição Social e Impostos de Renda	21	-	(3.332)
Prejuízo líquido do exercício		<u>2.204.033</u>	<u>(915.710)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ROTA DO PARÁ S.A.

CNPJ Nº51.715.500/0001-40

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2024

(Em Reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Prejuízo do exercício	2.204.033	(915.710)
Total do resultado abrangente do exercício	<u>2.204.033</u>	<u>(915.710)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ROTA DO PARÁ S.A.
CNPJ Nº51.715.500/0001-40

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2024
(Em Reais)

	Capital social	AFAC	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	-
Integralização de Capital Social	17.050.000	-	-	17.050.000
AFAC	-	2.933.063	-	2.933.063
Resultado do Período	-	-	(915.710)	(915.710)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	17.050.000	2.933.063	(915.710)	19.067.353
Integralização de Capital Social	12.950.833	-	-	12.950.833
AFAC	-	(2.933.063)	-	(2.933.063)
Resultado do Período	-	-	2.204.033	2.204.033
Saldos em 31 de dezembro de 2024	30.000.833	-	1.288.323	31.289.156

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ROTA DO PARÁ S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2024

(Em Reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Prejuízo do exercício	2.204.033	(915.710)
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Baixa de ativos	-	-
	<u>2.204.033</u>	<u>(915.710)</u>
Decréscimo/(acrécimo) nos ativos e (decrécimo)/acrécimo nos passivos operacionais		
Despesas antecipadas	(1.390.406)	(334.968)
Fornecedores	5.213.351	111.656
Obrigações tributárias e trabalhistas	340.738	15.386
Adiantamentos a Fornecedor	(9.553.093)	-
Impostos a Recuperar	(1.162.069)	-
Obrigações tributárias	758.405	-
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	<u>(3.589.040)</u>	<u>(1.123.637)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Imobilizado	(259.415)	(158.756)
Direitos e Concessão	(77.541.300)	(16.546.601)
Integralização de capital	12.950.833	17.050.000
Debentures	400.000.000	-
AFAC	(2.933.063)	2.933.063
Caixa proveniente das (usado nas) atividades de financiamento com terceiros	<u>332.217.056</u>	<u>3.277.706</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>328.628.016</u></u>	<u><u>2.154.069</u></u>
Aumento no caixa e no equivalentes de caixa no início do exercício	2.154.069	-
Aumento no caixa e no equivalentes de caixa no final do exercício	330.782.085	2.154.069
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>328.628.016</u></u>	<u><u>2.154.069</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Rota do Pará S.A. é uma sociedade que tem por objeto social a Concessão de rodovia.

Está registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o nº 51.715.500/0001-40, com Inscrição de Registro de Empresas (NIRE) nº 15300021049 com data de abertura em agosto de 2023. A empresa está sediada na Cidade de Belém (PA), sendo a matriz na sede à Travessa Quintino Bocaiuva, nº2.301, sala 1.702 - Cremação - Belém/PA.

Desde agosto de 2023, a Empresa mantém em fase pré-operacional, recebendo os aportes e buscando atender os pré-requisitos conforme definido no Contrato de Concessão, que tem como objeto a Concessão para exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade, gestão da segurança rodoviária e manutenção do nível de serviço de trechos de rodovias integrantes do Subsistema Rodoviário do Estado do Pará, por um prazo de 30 anos

As obras iniciaram em agosto de 2024 e o início da operação está prevista para Junho de 2025.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

A Empresa ROTA DO PARÁ S.A. adota as práticas contábeis aplicáveis no Brasil estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) e suas devidas alterações (Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09).

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) e deliberações e instruções emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*) emitidas pelo *International Accounting Standards (IASB)*.

As demonstrações contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Diretoria em 31 de março de 2025.

b) Base de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, e todos os valores foram arredondados para Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as NBCs e o IFRS requerem o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

3. Políticas Contábeis Materiais

Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão sumariadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3.1. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívidas e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 09) - Instrumentos Financeiros, adotado pela Companhia em 01 de janeiro de 2019, conforme deliberação CVM 763/16.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quando pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- Valor justo por meio do resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem com os resultados de suas flutuações no valor justo.

Os passivos financeiros não derivativos são mensurados ao:

- Valor justo por meio do resultado: quando classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício;
- Custo amortizado: Passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

Da mesma forma, a Companhia classifica os passivos financeiros como subseqüentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa inclui dinheiro em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras são mantidas com o propósito de atender compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

3.3. Adiantamentos a fornecedores

Os adiantamentos a fornecedores representam pagamentos antecipados efetuados a terceiros para a aquisição de bens ou serviços, os quais ainda não foram entregues ou prestados. Esses valores são classificados no Ativo Circulante e são reconhecidos inicialmente pelo valor pago. Conforme os bens são recebidos ou os serviços são prestados, o valor do adiantamento é apropriado ao custo ou despesa correspondente, reduzindo o saldo da conta de adiantamento.

Os adiantamentos são avaliados pelo valor original, sendo ajustados, quando necessário, para refletir eventuais perdas por recuperação. Caso haja indícios de que o fornecedor não cumprirá com suas obrigações, o valor é provisionado como despesa, conforme os critérios estabelecidos nas políticas contábeis da empresa.

3.4. Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar referem-se aos créditos fiscais gerados em operações de compras de bens, serviços ou ativos, que podem ser compensados com débitos fiscais futuros ou restituídos, conforme a legislação tributária vigente. Esses créditos são reconhecidos no Ativo Circulante e avaliados pelo valor original, desde que haja expectativa de realização dentro do prazo legal.

3.5. Despesas antecipadas

As despesas do exercício seguinte, compostas por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquido das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro.

3.6. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, se aplicáveis, os rendimentos, encargos e variações monetárias correspondentes.

A apropriação dos rendimentos e encargos mensais pactuados é calculada pelo método linear. Os rendimentos ou encargos proporcionais aos dias decorridos no mês da contratação das operações são apropriados dentro do próprio mês, "pro rata dia".

A Administração da Companhia não identificou a necessidade de constituição de Ajuste a Valor Presente (AVP) de seus ativos e passivos em conformidade com a NBC TG 12 (Deliberação CVM 564/08) - ajuste a valor presente.

3.7. Imobilizado

- Reconhecimento e mensuração;

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, se houver.

- Custos subsequentes;

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

- Depreciação.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas (em anos) para os bens do ativo imobilizado são:

Descrição	Vida útil (anos)
Edifícios	25
Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Outros	5 a 10

A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada exercício. Durante o exercício corrente, a Administração estabeleceu que a vida útil de suas embarcações próprias se mantém inalterada, em decorrência da atual idade das mesmas e das perspectivas de suas operacionalidades normais e manutenção das mesmas até o fim da vida útil atual estimada.

3.8. Direito de uso

O Direito de uso é composto pelo valor presente líquido dos valores a pagar pelo arrendamento financeiro de ativos, de acordo com a norma IFRS 16/CPC 06 (vide nota 4). O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento.

3.9. Intangível

Os ativos intangíveis da Companhia incluem softwares adquiridos e desenvolvidos internamente, utilizados no suporte às operações, bem como os direitos sobre a concessão da rodovia adquiridos. O ativo relacionado à concessão é amortizado ao longo do prazo da concessão, conforme a expectativa de geração de benefícios econômicos futuros. Já os softwares são amortizados com base em sua vida útil estimada. A Companhia avalia periodicamente a recuperabilidade desses ativos, reconhecendo eventuais perdas por impairment quando aplicável.

Conforme OCPC 05 quando um concessionário é remunerado pelos usuários dos serviços públicos, em decorrência da obtenção do direito de cobrá-los a um determinado preço e período pactuado com o poder concedente, o valor despendido pelo concessionário na aquisição desse direito deve ser reconhecido no ativo intangível.

3.10. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.11. Contas a pagar fornecedores

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridas, quando aplicáveis, e representam as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios da Companhia.

3.12. Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.13. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidos de 10% sobre o lucro tributável, excedente de R\$ 240 mil no ano, para Imposto de Renda, e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação na apuração do lucro real tributável.

3.14. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

- Receitas e despesas financeiras.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

3.15. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2).

3.16. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As demonstrações contábeis requerem o uso de certas estimativas contábeis, tais como: seleção de vidas úteis dos bens do imobilizado; provisões para perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa; perdas nos estoques; provisões fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas.

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes.

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para registro de certas transações e informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

4. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). Em tempo, a Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

- Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2) - acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não- circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece que apenas covenants a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1) - esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;

A Companhia entende que os novos pronunciamentos ou pronunciamentos revisados não impacta os seus saldos ou demonstrações financeiras.

4.1. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2024

Ainda está em análise quais impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia decorrentes de novas normas ou atualizações que entrarão em vigor após o encerramento do exercício de 2024, a saber:

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novos.

5. Caixa e equivalente de caixa

	2024	2023
Caixa	4.712	-
Bancos conta movimento	3	232.943
Aplicação financeira	330.777.371	1.921.126
Caixa e equivalentes de caixa	330.782.085	2.154.069

O montante de R\$ 330.777.371, registrados na Rubrica “Aplicações financeiras” é composto basicamente por aplicações em fundo de investimento de renda fixa, formado por títulos públicos federais, pré e pós fixados que apresentam liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

6. Adiantamentos a Fornecedores

	2024	2023
2KA CONSTRUÇÕES LTDA	3.464.606	-
I. R. FUENTES	2.939.395	-
TAEC MODULOS	2.482.000	-
GLEISON CARMOZINE	52.000	-
AMBIENTE COMERCIO E SERVICOS EIRELI	52.728	-
CICERO ALYSON CORREIA DE OLIVEIRA SILVA	97.474	-
DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA	128.811	-
ENERGIMAO COM. DE MÁQUINAS	76.195	-
GPR BRAZIL EQUIPAMENTOS LTDA	87.000	-
OUTROS	172.884	-
Adiantamentos a Fornecedores	9.553.093	-

Os valores adiantados dos fornecedores estão de acordo com os contratos firmados.

ROTA DO PARÁ S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023 e 2024
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Impostos a recuperar

	2024	2023
IRRF s/ Aplicações Financeiras	1.162.069	-
	<u>1.162.069</u>	<u>-</u>

Os impostos a recuperar são compostos exclusivamente por valores de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre aplicações financeiras, os quais serão compensados com tributos futuros, conforme a legislação vigente.

8. Despesas antecipadas

	2024	2023
Pottential	584.061	334.968
Tokio	1.097.050	-
Axa	34.486	-
Chubb	9.777	-
Despesas Antecipadas	<u>1.725.374</u>	<u>334.968</u>
	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Circulante	1.336.711	-
Não circulante	388.663	334.968
	<u>1.725.374</u>	<u>334.968</u>

O saldo é representado se refere a apólice de seguros da Cia Pottential Seguradora com início de vigência agosto/2026 a agosto/2027 e Tokio Marine Seguradora com início de vigência julho/2024 a julho/2025.

9. Imobilizado

Descrição	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Máquinas e Equipamentos	10%	2.240	50	2.190
Móveis e utensílios	10%	29.771	601	29.170
Computadores	20%	238.821	10.766	228.055
		<u>270.832</u>	<u>11.417</u>	<u>259.415</u>

ROTA DO PARÁ S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023 e 2024
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação do imobilizado

	2023	Adições	2024
Custo			
Máquinas e Equipamentos	-	2.240	2.240
Móveis e Utensílios	-	29.771	29.771
Computadores	-	238.821	238.821
	-	270.832	270.832
Depreciação			
Máquinas e Equipamentos	-		50
Móveis e utensílios	-		601
Computadores	-		10.766
			11.417
Imobilizado líquido	-		259.415

10. Intangível

	2024	2023
Ativo de concessão em desenvolvimento	77.860.251	158.756
Investimento em infraestrutura e estudo da Concessão	6.100.000	6.100.000
Outorga	10.446.601	10.446.601
Software	69.619	-
(Amortização de outorga)	(229.814)	-
	94.246.657	16.705.357

Movimentação do Ativo intangível

	2023	Adição	Baixa	Amortização	2024
Ativo de concessão em desenvolvimento	158.756	77.701.495	-	-	77.860.251
Investimento em infraestrutura e estudo da Concessão	6.100.000	-	-	-	6.100.000
Outorga	10.446.601	-	-	(229.814)	10.216.787
Software	-	69.619	-	-	69.619
	16.705.357	77.771.114	-	(229.814)	94.246.657

(a) Ativo de Concessão em Desenvolvimento

Refere-se aos investimentos realizados pelo concessionário durante a fase de construção ou desenvolvimento do ativo objeto da concessão. Esse ativo é reconhecido quando o concessionário executa obras ou melhorias que aumentam o potencial de serviços do bem. O valor é mensurado pelo custo incorrido, incluindo despesas diretas e indiretas relacionadas ao desenvolvimento do projeto. Após a conclusão, o ativo é reclassificado para a categoria de Ativo de Concessão em Operação.

(b) Investimento em Infraestrutura e Estudo da Concessão

Compreende os gastos realizados para a concepção, planejamento e estudos técnicos necessários para a implementação do projeto de concessão. Esses investimentos são capitalizados como ativos intangíveis, desde que atendam aos critérios de reconhecimento, como a probabilidade de geração de benefícios econômicos futuros e a possibilidade de mensuração confiável do custo.

(c) Outorga

Representa o direito concedido ao concessionário para explorar o serviço público ou utilizar o ativo da concessão. Esse direito é reconhecido como um ativo intangível e mensurado pelo valor pago para obtenção da outorga ou pelo valor justo, caso tenha sido adquirido por meio de troca não monetária. A amortização ocorre ao longo do prazo do contrato de concessão, refletindo o consumo dos benefícios econômicos esperados.

(d) Software

Refere-se aos sistemas de software adquiridos ou desenvolvidos para suportar a operação e gestão da concessão. Esses ativos são amortizados de forma linear ao longo da sua vida útil, que pode ser determinada pela duração do contrato ou pelo período de utilização do software. O reconhecimento e a mensuração seguem as normas contábeis aplicáveis a ativos intangíveis, considerando os custos de aquisição ou desenvolvimento

ROTA DO PARÁ S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023 e 2024
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Fornecedores

	2024	2023
NORTE AMBIENTAL GESTAO E SERVICOS LTDA	2.442.484	-
JULIAN GRAZIANO SARTORETTO LTDA	1.624.469	-
COMPSIS COMPUT. E SISTEMAS IND. E COM. LTDA	462.464	-
TOKIO MARINE SEGURADORA S.A.	150.989	-
ROAD SYSTEMS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	108.204	-
WRITESYS-TEC. EM SISTEMAS DE COMPUT. LTDA	98.033	-
TERRAPAVI - TERRAPLANAGEM E PAVIMENTACAO LTDA	91.915	-
TAUIL E CHEQUER ADVOGADOS	56.667	-
68 - POTTENCIAL SEGURADORA S.A.	55.828	111.656
TEMPLE COMUNICACAO EMPRESARIAL LTDA	36.555	-
VEIRANO E ADVOGADOS ASSOCIADOS	36.196	-
L. A. CAETANO	29.836	-
CRG ENGENHARIA LTDA	23.080	-
DOCUSIGN BRASIL SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA.	15.937	-
LATTINE CONSULT LTDA	14.226	-
BDO RCS CONTROLADORIA E CONTABILIDADE LTDA	13.134	-
BRAKO COM. DE EQUIP. ELETRONICOS LTDA	13.068	-
DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA	9.380	-
DFIX COMERCIO DE PRODUTOS INDUSTRIAIS LTDA	9.364	-
BORGES E VALENTIM SOCIEDADE DE ADVOGADOS	8.447	-
REAL COMERCIO DE EQUIP. DE SEGURANCA LTDA	7.491	-
MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA	5.227	-
SOFTPLAN PLANEJAMENTO E SISTEMAS S/A	3.674	-
SANTE CONSULTORIA, TREINAMENTO E RH LTDA	3.437	-
WEG DRIVES & CONTROLS - AUTOMACAO LTDA	2.806	-
DEMAIS FORNECEDORES	2.100	-
	<u>5.325.007</u>	<u>111.656</u>

A conta de fornecedores é composta por obrigações decorrentes da aquisição a prazo de insumos, serviços, imobilizado e outros gastos.

12. Obrigações tributárias

	2024	2023
IRPJ	-	1.568
CSLL	-	1.194
IRRF	55.306	3.079
CRF	38.515	9.545
PIS	21.068	-
COFINS	129.651	-
ISS	529.251	-
	<u>773.791</u>	<u>15.386</u>

- (i) Os impostos de IRPJ e CSLL se referem as receitas sobre aplicação financeira;
(ii) Os impostos IRRF e CRF são impostos retidos dos serviços tomados.

ROTA DO PARÁ S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023 e 2024
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Obrigações trabalhistas

	2024	2023
INSS	257.082	-
FGTS	17.632	-
IRRF s/folha	24.495	-
Provisão Férias	41.529	-
	340.738	-

14. Debêntures

	2024	2023
Debêntures	400.000.000	-
	400.000.000	-

As principais características das debêntures privadas não conversíveis em ações são:

Classificação da emissão	Não conversíveis em ações
Data da emissão	15 de agosto de 2024
Data final da liquidação	15 de dezembro de 2034
Quantidade	400.000
Valor total da emissão	R\$400.000.000,00
Espécie	As Debêntures serão da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional
Forma	As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, e, para todos os fins de direito, a titularidade delas será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador
Remuneração	Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado incidirão juros a serem definidos no Procedimento de Bookbuilding, correspondentes a, no máximo, o maior entre: (i) 8,20% ao ano (ii) a taxa interna de retorno do Título Público Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais com vencimento em 15 de agosto de 2032, a ser apurada conforme as taxas indicativas divulgadas pela ANBIMA
Pagamento da remuneração mensal	Os Juros Remuneratórios serão pagos semestralmente, sendo o primeiro pagamento em 15 de dezembro de 2024, e os demais pagamentos ocorrerão sucessivamente, nos dias 15 (quinze) dos meses de junho e dezembro de cada ano até a Data de Vencimento das Debêntures
Pagamento do principal	O Valor Nominal

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023 e 2024
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Unitário Atualizado das Debêntures será amortizado em 12 (doze) parcelas semestrais consecutivas, devidas sempre no dia 15 (quinze) dos meses de junho e dezembro, sendo que a primeira parcela será devida em 15 de junho de 2029, e as demais parcelas serão devidas em cada uma das respectivas datas de amortização das Debêntures
Garantias	(i) Alienação Fiduciária de Ações (ii) Cessão Fiduciária de Direitos: todos os direitos creditórios, presentes e futuros, relacionados à e/ou emergentes da exploração direta ou indireta da Concessão
Obrigações adicionais - índices financeiros	o PL/AT esteja maior ou igual a 25%, conforme apurado com base nos valores relativos aos últimos 12 (doze) meses constantes das demonstrações financeiras da Emissora auditadas ou revisadas por Auditor independente registrado na CVM. Para fins desta Escritura de Emissão

As debêntures estão classificadas nas demonstrações contábeis pelo seu valor original, acrescido da remuneração mensal e deduzido do valor dos custos necessários da transação, conforme novas práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão segregados entre curto e longo prazos.

As debêntures estão sujeitas a vencimento antecipado mediante a ocorrência de eventos específicos, detalhados em contratos, ligados diretamente à insolvência econômica da Companhia e sua controladora, comprovação de atos ilícitos ou inadimplemento de obrigações assumidas.

Em 31 de dezembro de 2024, nenhum dos itens relacionados em contrato, que pudessem ensejar em liquidação antecipada, foram constatados.

15. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Capital social em 31 de dezembro de 2024 é de R\$30.000.834,00 divididos em 30.000.834,00 cotas no valor nominal unitário de R\$ 1 (um Real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado.

Acionistas	Quantidade de quotas	Participação
OCI Investimentos Ltda.	750.027.785	25%
Conata Engenharia S.A.	750.027.785	25%
Infracon Engenharia e Comercio Ltda.	750.027.785	25%
Vetor Participações e Concessões Ltda.	750.027.785	25%
Total de ações	30.111.834	100%

ROTA DO PARÁ S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023 e 2024
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Integralização de capital social

No exercício de 2024, a empresa realizou a integralização de R\$ 12.950.831 em seu capital social, conforme aprovado pelos acionistas. Essa integralização foi realizada sem prejuízo ou diluição para qualquer um dos acionistas, mantendo-se inalteradas as proporções de participação de cada um no capital da empresa.

O valor integralizado foi devidamente registrado e refletido no patrimônio líquido da empresa, reforçando sua estrutura de capital e proporcionando maior sustentação financeira para o cumprimento de seus objetivos estratégicos.

c) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital referente a 2023 foi 100% integralizado em 2024 conforme ATA da companhia.

	2024	2023
OCC Participações e Construções S.A.	-	586.367
Conata Engenharia Ltda	-	587.597
Encalso Construções Ltda	-	586.366
Infracon Engenharia e Comercio Ltda	-	587.596
Vetor Infraestrutura Ltda	-	585.136
AFAC	-	2.933.063

16. Despesas Operacionais

	2024	2023
Materiais	68.765	-
Mão de Obra	1.510.064	-
Combustível	123.937	-
Serviços Prestados	3.499.670	-
Alugueis bens	420.384	-
Depreciação de bens	48.711	-
Despesas Operacionais	5.671.531	-

ROTA DO PARÁ S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023 e 2024
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Despesas gerais e administrativas

O montante de R\$ 2.043.586, registrados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”, referem-se basicamente a gastos com advogados, consultores administrativos de viagem, transporte, serviço de informática, além de outros gastos não ligados diretamente a operação da Companhia.

	2024	2023
Serviços de Terceiros	1.173.112	287.995
Serviços Pessoa Jurídica	785.299	569.115
Viagens e Estadias	53.697	-
Outras Despesas Gerais	31.479	6.017
	2.043.586	863.127

18. Despesas Impostos e taxas

	2024	2023
Taxas Diversas	193.513	-
Outros Impostos e taxas	6.056	-
	199.569	-

19. Outras despesas operacionais

	2024	2023
Amortização Outorga	229.814	-
	229.814	-

20. Resultado financeiro, líquido

	2024	2023
Descontos Obtidos	406.320	-
Rendimento Aplicação Financeira	10.642.419	13.884
Total Receita Financeira	11.048.739	13.884
Despesas Bancárias	(13.003)	(50.076)
Juros empréstimos bancários e terceiros	-	(10.521)
IOF	(136.669)	(1.694)
Pis e Cofins s/ Receitas Financeiras	(513.187)	-
Juros e Multas	(37.345)	-
Total Despesa Financeira	(700.205)	(62.291)
Resultado financeiro	10.348.534	(48.407)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023 e 2024
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o lucro foram apurados pelo Lucro Real conforme legislação em vigor, Lei nº 12.973/2014 que põe fim ao Regime Tributário de Transição (RTT), previsto na Lei nº 11.941/09 que passa a adotar uma contabilidade societária (para atender as NBC TGs) e uma contabilidade fiscal (para atender a legislação do IR/CSLL).

O cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro, bem como suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por exercícios e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

Demonstramos o cálculo e a conciliação do montante de Imposto de Renda e da Contribuição Social apresentados no resultado do exercício:

	2024	2023
Impostos correntes		
Imposto de renda - Corrente	-	2.083
Contribuição social - Corrente	-	1.250
Impostos Correntes	-	3.332
Tributo	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes dos efeitos tributários	2.204.033	-
Adições		
Adições do IRPJ	-	-
Adições do CSLL	-	-
Exclusões		
Exclusões do IRPJ	(-9.800.185)	(-)
Exclusões do CSLL	(-9.800.185)	(-)
Base de cálculo		
Base de cálculo do imposto de renda	(7.596.152)	13.883
Base de cálculo da contribuição social	(7.596.152)	13.883
Imposto de Renda (15%)	-	(-2.083)
Incentivos fiscais		
Adicional (10%)	(-)	(-)
Imposto de Renda total	-	(2.083)
Contribuição social (9%)	-	(1.250)
	(-)	(-)
Efeito na Demonstração de Resultados - Tributos Correntes	(-)	(-)
Base de cálculo do imposto de renda/CSLL ativo diferido	-	-
Imposto de renda sobre ativo diferido	-	-
Contribuição social sobre ativo diferido	-	-
Total	-	-
Base de cálculo da contribuição social passivo diferido	-	-
Imposto de renda sobre passivo diferido	-	-
Contribuição social sobre passivo diferido	-	-
Total	-	-
Efeito na Demonstração de Resultados - Tributos Diferidos	(-)	(-)

22. Passivos contingentes

Até a data de 31 de dezembro de 2024 a companhia não possui passivos contingentes ou processos de perda provável, que exijam a provisão contábil, tanto quanto possíveis que necessitem sua divulgação.

23. Remuneração da Administração

A Companhia considera como pessoas chave da Administração os membros da Diretoria executiva e outros executivos que possuem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia.

<u>Conselho de Administração</u>	<u>Remuneração</u>
Diretor Presidente	60.000
Diretor Admin. Financeiro	43.000
Diretor Engenharia	43.000
Diretor Operações	43.000

24. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

a) Gestão de capital

A Companhia encontra-se em fase de mobilização, com contrato de longo prazo firmado, e fluxo de caixa satisfatório para os próximos anos.

A Companhia monitora o capital por meio de quocientes de alavancagem, dentre eles, o principal aplicado é o monitoramento do endividamento, apurado através da divisão de dívida líquida pelo LAJIDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização).

A dívida líquida é apurada pela dívida bruta excluindo as debêntures deduzida da posição de caixa e equivalente de caixa e o LAJIDA é calculado pelo lucro operacional antes do resultado financeiro deduzido da variação do valor justo reconhecido e adicionada exaustão do produto vendido.

b) Gestão de riscos climáticos e da natureza

Eventos climáticos extremos podem impactar a infraestrutura rodoviária, gerando riscos operacionais e financeiros. A gestão desses riscos visa reduzir os impactos negativos por meio de estratégias preventivas e medidas corretivas, tais como: contratação de seguros patrimoniais e operacionais para mitigar impactos financeiros e investimento em tecnologia para monitoramento de infraestrutura viária, visando reduzir o impacto de fenômenos naturais na operação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023 e 2024
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Categoria de instrumentos financeiros

Os valores apresentados dos principais ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	2024	2023
Ativos financeiros:		
<i>Valor justo por meio do resultado</i>		
Caixa e bancos	4.715	232.943
Aplicações financeiras	330.777.371	1.921.126
Passivos financeiros:		
<i>Custo amortizado</i>		
Fornecedores	5.325.007	111.656
Debêntures	404.062.887	-

Valor justo

A administração entende que os saldos de balanço de seus empréstimos e financiamentos se aproximam dos seus valores justos, principalmente por se tratarem, em sua maioria, de modalidades de créditos específicas para o setor de atuação da Companhia. A Administração entende ainda que os demais instrumentos financeiros tais como aplicações financeiras e fornecedores, os quais são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado.

A Administração da Companhia é responsável pela gestão, garantindo que todos os riscos financeiros sejam identificados, avaliados e gerenciados de forma apropriada. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

A Companhia está exposta a risco de mercado e risco de liquidez.

d) Gerenciamento de riscos financeiros

i) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado e pode ser segregado em: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço de *commodities*.

Risco de taxa de juros

A exposição ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis, as quais, atualmente, estão indexadas, substancialmente, à CDI e IPCA.

Risco cambial

A Companhia não mantém operação no mercado externo portanto não está exposta a mudanças de cotação de moeda estrangeira (dólar norte-americano).

ii) Risco de liquidez

A Companhia monitora constantemente o risco de insuficiência de recursos, gerenciando seu capital por meio de um processo contínuo de planejamento de liquidez. Esse acompanhamento garante a disponibilidade de recursos financeiros necessários para cumprir suas obrigações, especialmente aquelas relacionadas aos financiamentos contratados com instituições financeiras.

25. Seguros

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

26. Outros assuntos - EBITDA

A Empresa aderiu a divulgação voluntária de informações de natureza não contábil como informação adicional agregada em suas demonstrações contábeis, apresentando o EBITDA para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Em linhas gerais, o EBITDA apresenta a geração operacional de caixa da Empresa, correspondente ao quanto à empresa gera de recursos apenas em atividades operacionais, sem levar em consideração os efeitos financeiros e de impostos.

Descrição	2024	2023
EBTIDA	(8.095.789)	(863.970)
Caixa	330.782.085	2.154.069
Dívida Líquida	63.605.578	-
Alavancagem (Dívida Líquida/EBITDA)	(7,86)	-

ROTA DO PARÁ S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023 e 2024
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE			
<u>AC</u>	=	<u>R\$ 342.833.958</u>	= 53,24
PC		R\$ 6.439.536	
ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL			
<u>AC + ARLP</u>	=	<u>R\$ 343.222.621</u>	= 0,84
PC + PNC		R\$ 406.439.536	
ÍNDICE DE GRAU ENDIVIDAMENTO			
<u>PC + PNC</u>	=	<u>R\$ 406.439.536</u>	= 0,93
AT		R\$ 437.728.692	
ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL			
<u>AT</u>	=	<u>R\$ 437.728.692</u>	= 1,08
PC + PNC		R\$ 406.439.536	

27. Eventos subsequentes

Não ocorreram até a presente data eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Companhia.